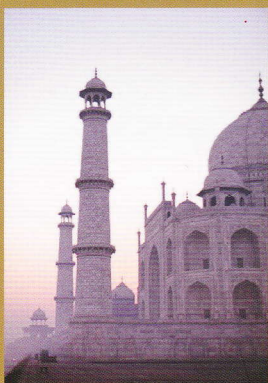
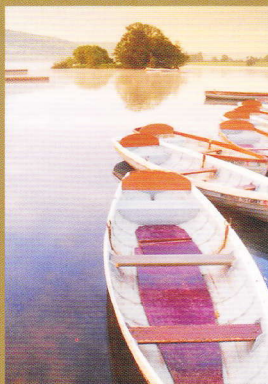


Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer



Homenagem à Professora Doutora **Carmina Cavaco**

Ficha Técnica

TÍTULO

**Desenvolvimento e Território
Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares
de Turismo e Lazer**

COORDENAÇÃO

Maria Lucinda Fonseca

EDIÇÃO

Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

CAPA

Neel Naik

IMPRESSÃO

M2 - Artes Gráficas, Lda.

ISBN

972-636-169-9

ISBN (13 dígitos)

978-972-636-169-5

DEPÓSITO LEGAL

250406/06

TIRAGEM

500 exemplares

Lisboa, Novembro 2006

A Agricultura Biológica no Algarve: um abraço entre gerações

Ana Firmino

Universidade Nova de Lisboa, FCSH/DGPR

*O mundo só pode ser
Melhor do que até aqui,
Quando consigas fazer
Mais p'los outros que por ti!*

António Aleixo (1899-1949)

Poeta Popular

Um abraço entre gerações

A agricultura biológica, que dá o mote a este trabalho, é o repositório dum conhecimento milenar que chegou aos nossos dias pelo saber-fazer dos nossos antepassados, tendo sido aperfeiçoado e adaptado às exigências do mercado e às contingências ambientais e sociais que dominam no presente, beneficiando dos avanços da tecnologia para corresponder aos desideratos da sociedade moderna. A Agricultura Biológica representa, pois, mesmo que simbolicamente, o abraço entre as gerações que nos precederam e as mais jovens. O mesmo abraço que une igualmente aqueles professores que partilharam connosco o seu saber e contribuíram, com a serenidade e o discernimento que só o tempo nos confere, para o nosso conhecimento técnico, deixando em nós a marca indelével da amizade e do respeito.

Pretendo prestar aqui a minha homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, a Mestra que soube alimentar o meu desejo de conhecimento sobre o espaço rural e assim apaziguar um espírito desde sempre cativado pela Terra e os valores que Ela representa. Sinto-me particularmente grata pela amizade que me tem demonstrado e pelos salutares confrontos de ideias, quando a “desafio” com propostas de desenvolvimento rural, quiçá demasiado idealistas ou apenas preçoces, num país que só há poucos anos tomou consciência do elevado “preço a pagar” por um tipo de desenvolvimento que, sobretudo desde a Cimeira da Terra, nos anos 90, vem sendo paulati-

namente criticado em favor dum desenvolvimento sustentável consentâneo com o Ambiente, o Homem e a Economia, objectivos que norteiam a Agricultura Biológica.

Apesar de nem sempre partilharmos os mesmos ideais, une-nos um profundo respeito e cumplicidade de interesses de investigação, que sem dúvida pesaram na minha decisão de abraçar a carreira universitária, ideal que jamais pairou no meu imaginário de jovem sonhadora e apaixonada pela vida no campo, em estreito contacto com a Natureza.

Foi pela mão da Professora Carminda Cavaco que me iniciei na investigação, tendo colaborado como bolseira da antiga JNICT no Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa, em trabalhos como "A Costa do Estoril", que têm a sua assinatura (CAVACO, 1981). Devo-lhe igualmente muito do conhecimento que adquiri, calcorreando a região metropolitana de Lisboa para recolha do material destinado ao projecto sobre a "Agricultura a Tempo Parcial", que desenvolveu para a Fundação Calouste Gulbenkian (CAVACO, 1985). E foi ainda devido à sua orientação sagaz e pragmática que, entre devaneios existenciais e prosa filosófica, consegui encontrar um caminho mais realista e ajustado às exigências académicas que me permitiu concluir as provas de doutoramento (FIRMINO, 1992), sendo aqui devido um agradecimento igualmente merecido à Professora Doutora Raquel Soeiro de Brito que, na qualidade de co-orientadora, me acompanhou com empenho e espírito crítico ao longo desse percurso, contribuindo para os bons resultados obtidos.

Por último, resta-me justificar o espaço geográfico escolhido para este trabalho. O Algarve perfila-se como a área de estudo inquestionável por ser o berço da nossa homenageada, que a ele dedicou vários trabalhos de que destaco a sua tese de doutoramento sobre o Algarve Oriental (CAVACO, 1976) e um estudo da agricultura do Algarve com base nos dados do Recenseamento Agrícola de 1979 (CAVACO, 1984).

A Agricultura em Portugal e no Mundo

Criou-se em Portugal uma imagem de progresso que arreda do horizonte económico a actividade agrícola, como se de um parente pobre e vergonhoso se tratasse. Políticos com responsabilidade têm defendido a importação de laranjas francesas, maiores e mais baratas..

Neste discurso perfilam-se dois argumentos para a preferência: o calibre e o preço. Será que não temos laranjas de qualidade em Portugal? O calibre será assim tão importante para pesar na nossa escolha? E desde quando

é que a França é nosso fornecedor de laranjas? Não as terá adquirido a outro país, onde a falta de respeito pelas condições de trabalho dos assalariados permite pôr no mercado um produto a um preço mais baixo? Este é um tema que ganha cada vez mais força entre os “altermundialistas”, isto é, os adeptos duma globalização/mundialização alternativa. Será lícito que condenemos os nossos agricultores à indignação para darmos preferência a um produto estrangeiro que é vendido a um preço baixo devido à exploração e falta de direitos de quem os produz? Creio que este assunto merece uma reflexão e não só no que toca a produção agrícola face, por exemplo, à invasão de produtos chineses!

Falta, por certo, muito conhecimento a alguns dos nossos políticos e ao público em geral, consequência sem dúvida de se dar mais destaque ao futebol e à guerra do que ao que de bom se encontra em Portugal. Mas basta folhear o “Guia dos Produtos de Qualidade”, que é uma publicação do Ministério da Agricultura de distribuição gratuita, e portanto acessível a todos, para se verificar que, no Algarve, se produzem laranjas de óptima qualidade, incluídas na designação de “Citrinos do Algarve”, que têm Indicação Geográfica Protegida (IGP) e sobre as quais se diz o seguinte: “A grande reputação atingida pelos Citrinos do Algarve baseou-se na variedade autóctone D. João muito procurada pelas suas características serôdias. Fruto de forma ovóide, achatada, com diâmetro de 8 a 9 cm, casca alaranjada ... Esta variedade, embora em decréscimo (por substituição por variedades mais produtivas) ainda hoje é maioritária no laranjal algarvio (35%). No entanto, a influência do clima e dos solos é de tal natureza que os frutos das variedades mais recentemente introduzidas patenteiam características organolépticas diferenciadas em relação aos produzidos noutras regiões do país” (IDRHa, 2005).

Felizmente, há quem compreenda a importância de manter a actividade agrícola portuguesa viva e de boa saúde para evitar o despovoamento dos campos e a dependência política e económica criada com a importação de alimentos. Salienta-se o discurso proferido pelo Presidente da República, Professor Cavaco Silva que, em recente visita ao Algarve (Agosto, 2006) afirmava ser a agricultura, assim como a indústria, o turismo e o comércio, vital para o desenvolvimento equilibrado do país.

A produção nacional pode ainda contribuir para a manutenção duma biodiversidade adaptada às nossas condições edafo-climáticas e ser o garante da identidade cultural gastronómica. A Resolução do Conselho de Ministros nº 96/2000, de 26 de Julho, reconhece este potencial ao considerar a

Gastronomia “como um bem imaterial do Património Cultural Português e define a Gastronomia Nacional tendo em atenção o receituário tradicional, matérias-primas, produtos agro-alimentares autóctones e que evidenciem valores de memória, antiguidade e autenticidade” (CRISTOVÃO *et al.*, 2003, p.109).

O que em Portugal parece jogar contra um maior apoio à produção nacional é o facto de se empolgarem as virtudes da produção estrangeira, e dos interesses das grandes centrais de distribuição se sobreporem aos interesses estratégicos nacionais, disponibilizando muito mais produtos importados que portugueses. Nos últimos anos registou-se uma ligeira melhoria, sobretudo no sector das frutas, com a oferta de produtos da protecção integrada. No entanto, ainda não é regra, apesar de o público, em diferentes inquéritos de rua realizados por canais de televisão, reconhecer a superioridade da produção nacional em termos de características organolépticas. Neste capítulo cabe por certo um papel muito importante ao consumidor, que deverá tomar consciência do seu poder e tornar-se um “consumactor”. Segundo Rimsky-Korsakoff (2003, p. 27) “nous sommes tous des consommateurs. Nous sommes des millions. À travers nos achats, nous modelons le monde dans lequel nous vivons. En essayant d’acheter en conscience, nous développons notre esprit critique...Acheter consciemment est une façon très concrète pour chacun d’investir dans un future viable”.

A Professora C. Cavaco preconiza uma agricultura do “local”, baseada “numa diversificação prudente, planificada em função do mercado e da concorrência ou de iniciativa pessoal, ousada, imaginativa, adaptada a previsões da procura, tanto mais que persistem défices no abastecimento” como uma aposta numa nova agricultura, num mundo rural vivo e com identidade (Cavaco, 1994, p. 136).

Em países como a Austrália, onde se investe massivamente na produção agrícola, com base na diversificação da produção, na qualidade e na originalidade, o incentivo à agricultura do “local” é feito por redes de associações que trabalham por regiões. A *Network for Sustainable & Diversified Agriculture* (NSDA) por exemplo, coordena projectos da rede de produção alimentar na província de Queensland (*Far North Queensland*) fomentando os benefícios económicos, sociais e ambientais da agricultura local sustentável e diversificada. Num folheto intitulado “*Why is local produce important?* (Por que razão a produção local é importante?) são apresentados 10 argumentos em favor da produção local, que se resumem no seguinte:

- 1) A produção local é mais saudável porque é mais fresca e mais nutritiva. Estudos demonstram que o valor nutritivo do produto diminui a partir do momento em que é colhido. Em certos supermercados vendem-se frutos tratados com gás para retardar o amadurecimento, o que lhes permite uma conservação até 8 meses;
- 2) A produção local percorre menos quilómetros;
- 3) Como consequência do ponto anterior, utiliza menos combustível no seu transporte, é menos poluente e, em geral, usa menos materiais de embalagem, o que também beneficia o ambiente;
- 4) Os agricultores estimam que 20% da sua produção não é aceite pelas centrais de compras dos supermercados por razões de calibre ou apresentação. O sabor não importa, apenas a uniformização conta. Contudo, essa produção usou factores de produção como combustível, trabalho, água, sementes, fertilizantes, etc. Se não for vendida é destruída;
- 5) A produção local apoia a viabilidade de produtores independentes, que fazem da agricultura um *hobby*, hortelãos amadores e outros integrados em comunidades. Os agricultores recebem entre 15 a 25% do preço de retalho, por vezes menos. Comprar a produção local permite elevar o seu rendimento;
- 6) A produção local ajuda a manter as explorações agrícolas na área;
- 7) A compra da produção local, ao melhorar a viabilidade da exploração, encoraja práticas sustentáveis de agricultura, porque disponibiliza meios para a aquisição de máquinas que causem menor erosão do solo, para a revegetação e melhoria da qualidade da água ou conservação da biodiversidade;
- 8) A produção local contribui para a economia local da comunidade. O Conselho de Organizações de Pequenas Empresas da Austrália calcula que por cada 10 empregos criados por uma grande cadeia de retalho, desaparecem 17 empregos no comércio local;
- 9) A produção local contribui para o capital social da comunidade, contrapondo à homogeneização imposta pelo *fast-food* a diversidade de alimentos e a cultura gastronómica;
- 10) A produção local encoraja o diálogo em torno de temas relacionados com a agricultura. A Federação Nacional de Agricultores lançou em 2006 a campanha "Cada família precisa de um agricultor". Comprar

directamente ao agricultor e conversar com ele sobre os problemas que ele enfrenta no dia-a-dia e como encara o futuro da exploração agrícola pode ser uma experiência enriquecedora (traduzido e adaptado de NSDA, 2006).

Como tentarei demonstrar nos capítulos seguintes, a agricultura biológica, que na Austrália atinge a maior expressão espacial, ocupando 42,9% de toda a área em modo de produção biológico no mundo (WILLER *et al.*, 2005) poderá corresponder a este modelo, com vantagem sobre os restantes modos de produção, por o segmento de mercado a que se destina não estar ainda saturado e por oferecer mais-valias que não se esgotam na produção agrícola (indústria alimentar artesanal, turismo rural, artesanato, espaço de recreio e lazer, educação ambiental, organização de eventos, etc.). Corresponde ainda a uma nova tendência de hábitos alimentares saudáveis, que se verifica em diferentes países mais desenvolvidos. Na Austrália o consumo de azeite ganha cada vez mais adeptos, sendo usual em hotéis de qualidade, como o Mercure em Cairns, que se sirva como aperitivo pequenos quadrados de pão que se deverão molhar em pratinhos com azeites aromatizados à base de ervas aromáticas ou frutos (limão, tangerina, laranja). No mercado bimensal, que se realiza em Brisbane, por exemplo, vários agricultores australianos exibem azeites com certificação biológica.

Portugal, embora a outra escala, tem vindo a apresentar obra feita no sentido da fixação das populações, pela criação de melhores condições de vida e o renovar da esperança e da auto-estima, levando a que se volte a acreditar que vale a pena lutar. Cito o exemplo do Município de Terras de Bouro (no parque nacional do Gerês) que, em três anos, logrou converter 17 explorações agrícolas ao modo de produção biológico. Póvoa de Lanhoso, um município vizinho do anterior, segue a mesma via, tendo-se oposto, a exemplo de outros no país, à instalação de campos de OGM's (Organismos Geneticamente Modificados, proibidos em agricultura biológica) no seu território.

No âmbito do Projecto-Piloto para a Conversão da Agricultura Tradicional em Modo de Produção Biológico, no Município de Terras de Bouro, denominado "Território versus Sustentabilidade", elaborou-se um estudo e prospecção de mercado sobre agricultura biológica, que concluiu o seguinte:

- * "Verifica-se que está instalado um certo grau de insatisfação/descontentamento com os produtos alimentares com origem na agricultura tradicional;

- * Por outro lado, quer o conceito, quer o modo de produção biológico já começa a ter uma grande receptividade nos consumidores;
- * Os inquiridos reconhecem na AB potencialidades positivas, quer ao nível da qualidade dos produtos, quer ao nível do meio ambiental;
- * Começa a desenhar-se um vasto mercado de consumo (Braga, Aveiro, Porto e Viana do Castelo) e com possibilidades de crescimento;
- * Os consumidores estão receptivos a consumir, com regularidade, os produtos da Agricultura Biológica, mesmo sabendo que são mais caros;
- * Para este mercado já existe um (possível) circuito de distribuição/comercialização (Continente, Mercados/Feiras, Carrefour, Comércio local e Feira Nova);
- * O projecto "Território Vs. Sustentabilidade: Projecto-Piloto para a Conversão da Agricultura Tradicional em Modo de Produção Biológico" do Município de Terras de Bouro, tem possibilidades reais de sustentabilidade e expansão" (Correia, Coord., 2005, p.41).

Nem todos os municípios, porém, têm beneficiado da vontade política da edilidade em promover a agricultura, nomeadamente em modo de produção biológico, como no caso anterior, possivelmente porque outras alternativas, como o turismo, se mostram mais alicientes devido aos elevados lucros que proporcionam e à rápida valorização do capital investido. É o caso do Algarve, que passarei a analisar no capítulo seguinte.

O Algarve em destaque

A situação da agricultura algarvia, no princípio do século XX, é descrita por José de Campos Pereira da seguinte forma:

"A região litoral tem um misto de culturas, feição característica do Algarve; e, quer na média quer na pequena propriedade, nelas se encontram todas as essências culturais que neste distrito habitam, tais como a vinha, a figueira, a amendoeira, a alfarrobeira, etc., sempre associadas à cultura cerealífera que é, por assim dizer, cultura subsidiária" (PEREIRA, 1915, p.29). Segundo este autor, os algarvios são "por instinto" propensos à cultura hortícola e acrescenta que em relação a esta actividade, "o Algarve e o Minho são os mais completos modelos do país, não só em tratamento, como, também e sobretudo, em resultados económicos" (idem, p. 121-122). O facto de as propriedades serem pequenas e a terra escassear explica por que o "proprietário

ou o reideiro tiram da terra tudo quanto podem, fazendo-a produzir intensivamente, com a ajuda de abundantes águas que as noras mouriscas levantam sem cessar" (idem, p. 122). Por último, é relevante a importância que o gado bovino, suíno e asinino tinha na exploração rural, com destaque para a "desenvolvida exploração da vaca leiteira" que, segundo o autor que tenho vindo a citar, dava magníficos resultados (idem, p. 122). O texto relata-nos a situação em 1915! Há noventa anos, sem os subsídios da União Europeia, nem os meios técnicos hoje disponíveis, a agricultura na faixa litoral do Algarve apresentava bons resultados "e todos os anos o lavrador, que é activo e sóbrio, vai introduzindo melhoramentos no prédio, levanta-lhe muros que o resguardem dos cobiçosos do alheio, alarga estábulos, etc., tudo com o fim de mais o valorizar e obter rendas mais elevadas" (idem, p. 122).

Na sequência da exaltação da "urbanização como modelo de civilidade, denegrindo os estilos de vida rural como formas pré-modernas e inferiores de existência" (LEFF, 2001, p. 288) tem-se vindo a assistir ao abandono da agricultura, abrindo caminho à progressão das manchas urbanas por vezes em solos de excelente aptidão agrícola. O turismo fomenta a especulação imobiliária e oferece alternativa ao trabalho no campo.

Terras de cultivo abandonadas, muros derrubados, casas, estábulos e arrecadações em ruínas, são testemunhos moribundos do bulício vivido no passado, a que José de Campos Pereira alude no seu trabalho. De onde a onde encontram-se algumas excepções, ponteadas muitas vezes por investidores estrangeiros, pessoas que trocaram os seus países pelas maravilhas do Algarve e parecem apreciar mais a arquitectura e a paisagem portuguesa do que os nacionais. Os portugueses preferem apostar na especulação imobiliária, mesmo que esta ameace transformar um paraíso num inferno igual a tantas outras áreas turísticas, decalcadas de um modelo que a globalização impôs e tem contribuído para a descaracterização das regiões e tudo o que isso implica em termos de perda de identidade cultural e, neste caso específico, do contributo que as antigas explorações agrícolas davam para o abastecimento do país em víveres.

No trabalho do GPPAA (2004, p. V-19) "Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal", os autores descrevem a faixa litoral algarvia, que reúne 9 dos 16 concelhos, ou seja Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António, como uma mancha de território quase contínua, que classificam como "rural misto". No estudo que efectuaram, a nível nacional, verificaram que nas áreas de "rural misto" "apenas 31% do volume de trabalho agrícola corresponde a agregados familiares

maioritariamente dependentes dos rendimentos da exploração.

O carácter de complementaridade que a agricultura tem para muitas famílias destes concelhos é um importante factor a preservar, pelo papel que pode desempenhar no acomodar de transições de processos de desenvolvimento” (idem, p. IV-10). No caso específico do Algarve as “potencialidades demonstradas arrastam, contudo, um crescimento populacional com riscos de destruição do espaço rural aqui incluído e, portanto, de desordenamento do território. O seu poder de atracção pode continuar a contribuir para o despovoamento do espaço rural envolvente” (idem, p. V-19).

A importância diminuta do rendimento agrícola para os agricultores poderá constituir um factor de desmotivação que, em meu entender, poderia ser colmatado com o modo de produção biológico, por este proporcionar uma mais-valia e abrir as portas de novos mercados em que o grau de exigência da qualidade justifica um preço mais atraente. Permite ainda a aposta na ousadia e imaginação, mencionadas pela Professora C. Cavaco, que aliadas a embalagens cuidadas, podem transformar alguns produtos numa sugestão simpática de oferta de aniversário ou Natal, atenuando assim um pouco a tendência consumista de muitas compras em épocas festivas. Em vez de se oferecer uma gravata de gosto duvidoso ou mais um CD que ninguém ouve, opta-se por uma cesta artesanal com frutos secos ou uma garrafa de licor de medronho. Outra sugestão é o sal artesanal, que no Algarve tem merecido a distinção em certames de grande exigência de qualidade, como a *Biofach* na Alemanha. Este poderá ser usado na confecção de caramelos à base de sal, como os que se fabricam em França com o sal da Guérlande, criando-se assim sinergias com outros sectores da economia.

Como vimos anteriormente, no princípio do século XX a agricultura no Algarve era compensadora, os solos produziam bem e a água era abundante. Precisamente o contrário do que hoje é argumentado pelos agricultores para justificarem o seu desinteresse pela actividade que desenvolvem. Dizem que não vale a pena produzir, que a terra é madrastra, difícil de trabalhar, falta a água e não se arranja mão-de-obra, a que existe é cara e não compensa. Mas não falta quem queira trabalhar nos “greens” dos campos de golfe, uma actividade sem dúvida melhor aceite do ponto de vista social. É precisamente aqui que reside o cerne da questão! O desprestígio da profissão desempenhada pelos agricultores, acusados de não envenenarem e de viverem folgadoamente à custa dos subsídios que saem do erário público nacional e comunitário.

Se analisarmos bem a situação concluiremos que não foram os agricultores que inventaram os químicos, e se o consumidor exige um preço

baixo para os produtos agrícolas não pode esperar que a qualidade seja superior. Para além de que as maiores margens de lucro beneficiam em geral mais os intermediários e retalhistas. Quanto aos subsídios, se eles existem é porque se entendeu que são necessários e, muitas vezes mais não são do que medidas de recurso para remendarem o que está mal. Por exemplo, o *set-aside* (pousio obrigatório) pretende travar a produção excedentária de cereais na UE, que é consequência da aposta que continuamente se tem feito no aumento da produção. Não seria mais lógico apostar na qualidade e, duma forma natural, controlar os excedentes?

A agricultura biológica pode fazer de novo a diferença, pelo prestígio de que se reveste em termos de qualidade do produto, de contributo para o bem-estar das pessoas e dos animais, para a preservação dos *habitats* e das paisagens, para a valorização das produções locais e manutenção das espécies vegetais e animais autóctones, enfim para a dignificação da classe de agricultores e protecção da sua saúde e dos que os rodeiam, pois não recorrem a produtos químicos de síntese na sua actividade. Por outro lado, embora essa não seja uma premissa universal e dependendo das culturas, em geral as produções por hectare, em modo biológico, são um pouco mais baixas do que na agricultura convencional. Não se veja porém aqui a oportunidade para denegrir a agricultura biológica com argumentos falaciosos de que vamos morrer de fome por falta de alimentos pois, no caso da banana da Madeira, por exemplo, esta produz mais por hectare em modo biológico que na produção convencional. A fome é sobretudo uma questão política de distribuição de riqueza e não tanto uma questão de produção. Se houvesse falta de alimentos não faria sentido criar incentivos à redução da produção como o mencionado *set-aside* ou, ainda mais grave, a destruição da produção por se ultrapassarem as quotas, como é o caso na União Europeia, quando há cerca de 800 milhões de pessoas a sofrer de fome crónica no mundo, apesar da produção agrícola mundial ter aumentado 300% entre 1950 e 2000 (LRD, 2003, p. 12). Os bancos alimentares contra a fome instalados no nosso país, que se queixam de não ter alimentos suficientes para satisfazer tantos necessitados, são uma triste mas eloquente ilustração da realidade que se pretende mostrar.

Ao criarem-se condições para que um maior número de pessoas mantenha as suas explorações agrícolas, em vez de se apostar na sua redução drástica, como se tem assistido nas últimas duas décadas em Portugal, garante-se pelo menos o sustento dessas famílias em vez de as empurrar para a mendicidade. Contribui-se igualmente para uma distribuição mais equitativa

da população por todo o território, evitando-se assim o esvaziar dos campos e o crescimento desequilibrado das cidades.

Em relação à falta de mão-de-obra, saliente-se que a agricultura biológica parece colher o interesse de muitos dos jovens “rebeldes”, segundo relato dos professores em escolas onde existem hortas biológicas, nomeadamente no Algarve. Bons resultados se têm obtido igualmente com a integração de deficientes na vida activa, ao atribuir-lhes tarefas simples nas explorações biológicas, que os fazem sentir úteis à sociedade, como se tem verificado na Inglaterra, Holanda e também entre nós, na Escola de Santa Isabel, em São Romão, Serra da Estrela.

Com o intuito de consagrar à agricultura o maior número de trabalhadores, e assim dinamizar a agricultura, o rei D. Fernando promulgou, em 1375, a Lei das Sesmarias, segundo a qual todo o indigente tinha de trabalhar no campo e os proprietários das terras eram obrigados a cultivá-las ou a arrendá-las. Damião Peres considerou esta lei uma violência, por atacar o direito de propriedade e a liberdade individual de escolha de profissão (PERES, 1929, pp. 348-349). No entanto, no que se refere às casas devolutas em meio urbano, tem sido equacionada, no momento actual, a possibilidade de taxar os seus proprietários de forma a obrigá-los a arrendá-las ou vendê-las e, assim, dinamizar o mercado imobiliário. Portanto, talvez esteja na altura de “reabilitar a Lei das Sesmarias”, formando a mão-de-obra que nos falta e incentivando os agricultores a produzir com qualidade, duma forma eficiente e viável do ponto de vista económico, com respeito pelo Ambiente, pelo Homem e pelos direitos dos animais.

A Agricultura Biológica no Algarve

A Agricultura Biológica não é um luxo, é antes um direito e uma opção individual. Por isso há tantos agricultores a produzir em modo biológico, mesmo que não certificado, para autoconsumo. Preferem o que é natural e não sentem a necessidade de recorrer à “cosmética” química para eliminar os eventuais pequenos defeitos nos produtos. Apreciam os sabores, os aromas, a textura, a cor, e tudo o que o alimento representa, num complexo sistema de interações entre o produtor, o ambiente físico e o produto final, a que os franceses apelidam de *Terroir*, porque, como afirma o Prof. Emílio Peres: “Comer não é só necessário ao corpo; é necessário ao espírito” (PERES, 1999, p. 60).

Portugal, apesar de pequeno em dimensão, apresenta uma paleta

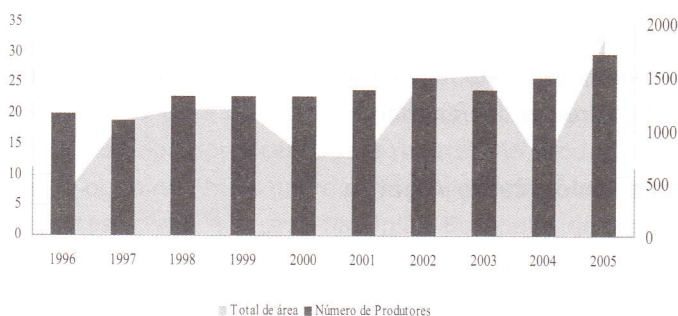
variada de condições edafo-climáticas, que nos permite diversificar a oferta de produtos de origem vegetal e animal, e contribui para um mosaico magnífico de paisagens (FIRMINO, 1999).

O Algarve foi também “abençoado” com esta riqueza de condições físicas, o que justifica a diversidade de produtos que apresenta, alguns, como os frutos sub-tropicais, beneficiando da sua localização meridional.

Na verdade encontra-se reunido, nesta província, um conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura biológica devido ao facto de ser muito atractiva do ponto de vista turístico, o que lhe proporciona uma grande concentração de estrangeiros, e da sua população deter o segundo índice de poder de compra mais elevado do país (108,78%) a seguir a Lisboa (147,86%). Há pois um mercado local potencial para os produtos de agricultura biológica, sem falar no abastecimento do mercado nacional, ainda bastante carenciado em alguns produtos biológicos, e na exportação.

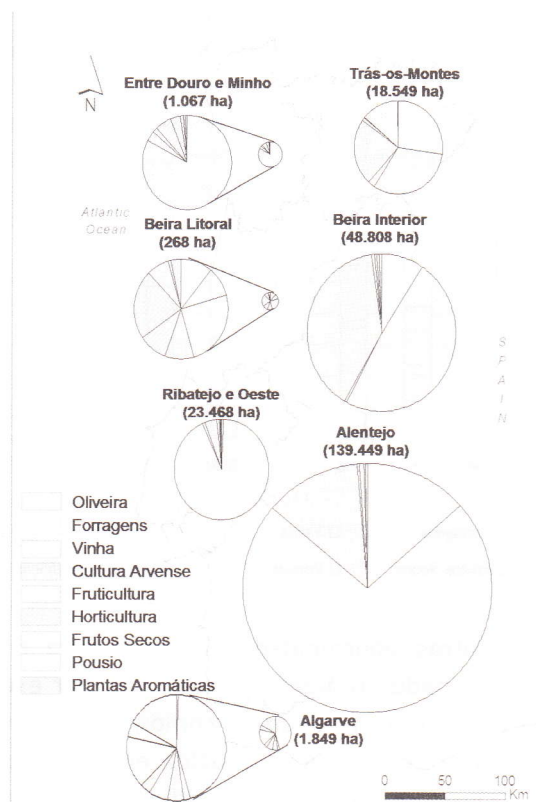
O movimento de agricultura biológica no Algarve tem vindo a progredir a bom ritmo, tanto em nº de agricultores (30, em 2005) como de área (1849 ha) (Fig. 1).

Figura 1- Número de produtores e Área Total de Produção Biológica no Algarve, 1996-2005



Como se poderá observar na figura 2, o Algarve tem uma área relativamente pequena em modo de produção biológico (1 849 ha) em relação ao conjunto do país, representando apenas 0,79 % do total, o que se justifica por oferecer culturas que, em geral, ocupam espaços reduzidos, caso das hortícolas e das plantas aromáticas, se comparados com as áreas necessárias para a produção de pastagens. Estas últimas têm vindo a ganhar importância nesta província, a exemplo do que se verifica noutras regiões do país, como forma de corresponder às necessidades de produção de alimentos para o gado em

**Figura 2- Áreas e Culturas em Agricultura Biológica,
por Direcção Regional de Agricultura, 2005**



Fonte: IDRHa, Ministério da Agricultura
(Dados estatísticos disponíveis em www.min-agricultura.pt)

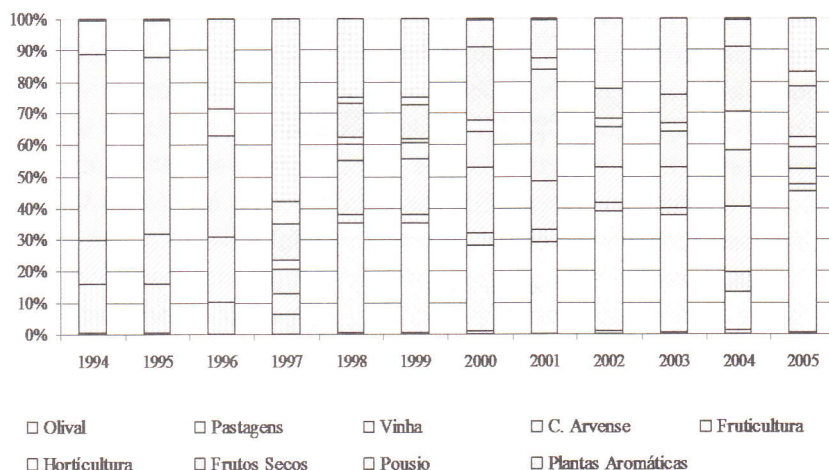
modo de produção biológico, que começou a ser certificado em 2002.

Em termos comparativos é nas plantas aromáticas que o Algarve se distingue, apresentando a maior área em modo biológico no país (318 ha). Os frutos secos, com 295 ha, ocupam a segunda maior área a seguir ao Alentejo (Fig.3).

O Guia das Explorações Biológicas (FIRMINO, 2005) apresenta uma descrição de cerca de metade das explorações em modo biológico registadas no Algarve, dando-nos conta da variedade de produtos disponíveis, que não se esgotam nos produtos em fresco mais comuns. Saliento, por exemplo, os queijos de figo, lacticínios, produtos de cosmética à base de Aloé Vera e, no caso da produção animal, o excelente trabalho que tem vindo a ser feito no

sentido da reabilitação das ovelhas da raça campaniça, cuja lã, em 2003, era comprada a um preço superior ao da merino, e é transformada em cobertores, camisolas, cachecóis de excelente qualidade.

Figura 3- Produção Agrícola Biológica, por Cultura, no Algarve (%), 1994-2005



Mas muitas outras oportunidades existem para a diversificação e dinamização desta actividade no Algarve. Falta criar, por exemplo, uma Rota dos Vinhos e valorizar produções regionais, como a aguardente de medronho, que poderia muito bem passar a ser produzida em modo biológico (aliás já existe uma marca, "Obras de Caratão", a produzir no Norte). E é gritante a falta de associativismo, um mal que não é apenas apanágio do Algarve, e que poderia contribuir para que as iniciativas individuais tivessem maior visibilidade, permitindo colmatar certas deficiências em termos de organização do escoamento da produção.

A agricultura biológica é o reflexo daquilo que cada um de nós, como consumidores, quer que ela seja. Portanto, no Algarve, como no resto do país, a evolução do sector depende do apoio que nós venhamos a prestar a este modo de produção coerente com um desenvolvimento sustentável, isto é, com a preocupação de legar às gerações futuras um ambiente saudável e rico em recursos naturais. É evidente que, se a vontade do colectivo avançar mais no sentido do SKI (Spend your Kids Inheritance, ou seja, gastem a herança dos vossos filhos) um movimento que tem alguns apoiantes na Austrália, do que da tomada de consciência de que não é só o futuro dos nossos filhos que está

em perigo mas que, nós próprios, se as previsões de esperança de vida estiverem certas, poderemos vir a sofrer com os níveis de poluição e as mudanças ambientais já hoje detectáveis, a agricultura biológica ficará apenas reservada a um nicho, que alguns designam por elite. No entanto, estou esperançada que, sobretudo os mais jovens, irão entender o significado que o respeito pela Natureza representa para o nosso próprio bem-estar, não apenas físico mas também emocional e espiritual, e saberão dar à agricultura biológica a oportunidade que ela há tanto tempo espera! Nesta província encontram-se alguns dos agricultores que há mais tempo fazem agricultura biológica.

Referências Bibliográficas

- CAVACO, C. (1976) - *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*, Vols. 1 e 2, Casa Portuguesa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1981) - *A Costa do Estoril – esboço geográfico*, CEG, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1984) - *A Agricultura do Algarve, segundo o Recenseamento Agrícola de 1979*, Estudos de Geografia Humana e Regional, CEG, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1985) - *Agricultura a Tempo Parcial – contribuição para o seu estudo na região de Lisboa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras.
- CAVACO, C. (dir.) (1994) - *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Programa das Artes e Ofícios, DGDR, Lisboa.
- CORREIA, J. (coord.) (2005) - *Estudo e Prospeção de Mercado sobre Agricultura Biológica*, Vol.1 – Relatório Síntese, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.
- CRISTÓVÃO, A. et al. (org.) (2003) - *Terras de Bouro: Estudo e Caracterização dos Produtos Locais*, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.
- FIRMINO, A. (1992) - *A Modernização da Agricultura – um novo desafio para os agricultores de Coruche*, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Lisboa.
- FIRMINO, A. (1999) - "Agriculture and Landscape", *Landscape and Urban Planning*, 46, Elsevier, Amsterdam, pp. 83-91.
- FIRMINO, A. et al. (2005) - *Guia das Explorações de Agricultura Biológica*, Guia dos Produtos de Qualidade 2004, IDRHA, Lisboa.
- LEFF, E. (2001) - *Saber Ambiental*, Vozes, Pétropolis, Brasil.
- LRD (2003) - "Situation de l'alimentation dans le monde", *La Revue Durable*, Nº6, Juillet-Septembre, Friburgo, Suíça.
- NSDA (2006) - *Why is local produce important? Far North Queensland Local Food Networks*, Queensland, Australia.
- PEREIRA, J. de C. (1915) - *A Propriedade Rústica em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- PERES, E. (1999) - "Alimentação e Globalização", *Vértice*, 90, Maio-Junho, pp. 55-63, Lisboa.
- RIMSKY-KORSAKOFF, J.-P. (2003) - *Au delà du bio: la consom'action*, Éditions Yves Michel, Barret-sur-Méouge, França.
- WILLER, H.; MINOU, Y. (2005) - *The World of Organic Agriculture – Statistics and Emerging Trends*, IFOAM, 7ª Edição, Bona, Alemanha.



Carminda Maria Mariano Cavaco

Professora Catedrática aposentada do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), mantém-se como investigadora do Centro de Estudos Geográficos da mesma universidade (CEG), onde coordena a Área de Investigação de Geografia Humana.

Ao longo da sua vida profissional leccionou na FLUL (licenciaturas em Geografia e em Estudos Europeus, além de cursos pós-graduados), na Universidade Católica Portuguesa, como Professora Convidada, bem como pequenos cursos e conferências (livres e de pós-graduação) em universidades nacionais e estrangeiras. Orientou dezenas de teses de mestrado e de doutoramento, concluídas com êxito, e integrou numerosos júris de provas académicas, em Portugal e no estrangeiro. Foi investigadora principal convidada do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian.

Participou em centenas de eventos de índole científica e técnica, na maioria como convidada, tendo sido também coordenadora de numerosos projectos de investigação e organizadora de várias conferências e seminários nacionais e internacionais. Tem integrado e coordenado diversas equipas encarregadas da elaboração de planos de ordenamento do território, avaliação de políticas públicas, estudos e projectos de desenvolvimento – incidentes em diferentes regiões do país (Planos Regionais, Programas Operacionais, PDM, Agendas 21 Local), além de planeamento no sector do Turismo.

A sua bibliografia compreende cerca de centena e meia de títulos (entre livros, capítulos, relatórios e artigos), em publicações editadas no país e no estrangeiro que versam sobretudo temas que tanto se inserem no âmbito da geografia humana e regional como em domínios transdisciplinares: desenvolvimento regional e local, questões do mundo rural, água e ambiente, turismo, planeamento e ordenamento do território, população, a Europa, o Ensino, entre outros.